

# Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5

Anna Paula Lombardi  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Anna Paula Lombardi**  
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais  
Aplicadas  
5**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.  
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA	
<i>Oleg Abramov</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS)	
<i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i>	
<i>Ronaldo Bordin</i>	
<i>Roger dos Santos Rosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES	
<i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA	
<i>Cassiane Chais</i>	
<i>Jaime João Bettega</i>	
<i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i>	
<i>Oberdan Teles da Silva</i>	
<i>Paula Patrícia Ganzer</i>	
<i>Pelayo Munhoz Olea</i>	
<i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
<i>Neimy Batista da Silva</i>	
<i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i>	
<i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS	
<i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES	
<i>Maria Izabel Machado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917017</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>89</b>
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1	
<i>Julia Mello dos Santos</i>	
<i>Karen Costa Krüger</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>94</b>
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO	
<i>Solange dos Santos Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>105</b>
TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	
<i>Diego Tabosa da Silva</i>	
<i>Noêmia de Fátima Silva Lopes</i>	
<i>Rafaella Vanny</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>117</b>
APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA	
<i>Elaine Silva Alegre</i>	
<i>Liliane Capilé Charbel Novais</i>	
<i>Marilza de Fátima Souza</i>	
<i>Rozimeire Stiko Shimizu</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>129</b>
BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL	
<i>Ana Paula Garcia Boscatti</i>	
<i>Joana Maria Pedro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>143</b>
AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Letícia Pereira Dourado</i>	
<i>Lilian Fernanda Silva</i>	
<i>Dameres Gonçalves Martins</i>	
<i>Daniele Lopes Ferreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>154</b>
POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
<i>Mayéwe Elyênia Alves dos Santos</i>	
<i>Palloma Maria Gomes Jácome</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170114</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>165</b>
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>173</b>
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>185</b>
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>200</b>
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>214</b>
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>229</b>
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>243</b>
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170121</b>	

**CAPÍTULO 22 ..... 256**

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

*Juliano Batista dos Santos*

*Juliana Abonizio*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170122**

**CAPÍTULO 23 ..... 270**

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

*Nei Alberto Salles Filho*

*Daniele Cristina Bahniuk Mendes*

*Thais Cristina dos Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170123**

**CAPÍTULO 24 ..... 280**

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

*Franklin Soldati*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170124**

**CAPÍTULO 25 ..... 294**

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

*Ana Luci Paz Lopes*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170125**

**CAPÍTULO 26 ..... 309**

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

*Patricia Baptista Guerino*

*Marlene Tamanini*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170126**

**CAPÍTULO 27 ..... 324**

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

*Maria Isabel Lopes Perez*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170127**

**CAPÍTULO 28 ..... 335**

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

*Fábio Rodrigo Ferreira Nobre*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170128**

**CAPÍTULO 29 ..... 354**

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

*Vanito Ianium Vieira Cá*

*Jussara Maria Rosa Mendes*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170129**



<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>368</b>
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170130</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>385</b>
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170131</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>401</b>
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170132</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>409</b>
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170133</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>425</b>

## INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?

### **Mariana Dionísio de Andrade**

Instituição: Universidade de Fortaleza - UNIFOR  
Professora do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ  
Fortaleza / CE

### **Rodrigo Ferraz de Castro Remígio**

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco  
– UFPE  
Discente do Programa de Doutorado em Ciência  
Política  
Recife / PE

**RESUMO:** A pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: em que medida a relação entre individualismo metodológico e a ação coletiva movida pela escolha racional pode afetar a qualidade da democracia no Brasil? O estudo tem como base o neointitucionalismo da escolha racional e sua relação com a formação de coalizões, na medida em que não se faz possível imaginar processos políticos sem analisar a relação entre meios e fins. O objetivo do estudo consiste em esclarecer que, mesmo que a ação dos atores num primeiro momento não pareça ótima, a racionalidade pode levá-los a escolhas subótimas a fim da obtenção de resultados mais robustos. A pesquisa é qualitativa, porque busca uma maior compreensão das ações e relações humanas e uma observação dos fenômenos sociais, considerando-se a interpretação, tradução e

atribuição de significado à dimensão em que o fenômeno objeto da presente pesquisa se manifesta. Conclui-se que os indivíduos voltados para os seus próprios interesses não calcularão se suas ações irão ou não desencadear uma outra ação no âmbito grupal, o que pode resultar em falta de análise estratégica entre os agentes e, no âmbito estatal, na falta de desenvolvimento da ordem social, o que pode impactar na baixa credibilidade nas instituições e deficiências para a democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Individualismo metodológico; Escolha racional; Qualidade da democracia no Brasil.

**ABSTRACT:** The research aims to answer the following question: to what extent can the relationship between methodological individualism and collective action motivated by rational choice affect the quality of democracy in Brazil? The study is based on the neointitucionalism of rational choice and its relation to the formation of coalitions, because it is not possible to imagine political processes without analyzing the relation between means and ends. The objective of the study is to clarify that, even if the actors' actions do not seem to be optimal at first, rationality can lead them to suboptimal choices in order to obtain more robust results. The research is qualitative, because it seeks a greater understanding of

human actions and relations and an observation of social phenomena, considering the interpretation, translation and attribution of meaning to the dimension in which the phenomenon object of the present research is manifested. It is concluded that individuals for their own interests will not calculate whether or not their actions will trigger another group action, which may result in a lack of strategic analysis among agents and, at the state level, in the lack of development of social order, which may impact on the low credibility of institutions and deficiencies for democracy.

**KEYWORDS:** Methodological individualism; Rational choice; Quality of democracy in Brazil.

## 1 | INTRODUÇÃO

O artigo pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: em que medida a relação entre individualismo metodológico e a ação coletiva movida pela escolha racional podem afetar a qualidade da democracia no Brasil?

Para responder ao referido questionamento, partimos do pressuposto que atores políticos são indivíduos que agem com base na escolha racional, utilizando estratégias para sopesar riscos e benefícios na escolha das ações.

É fundamental conhecer aspectos do comportamento desses indivíduos, relacionando as atitudes aos resultados obtidos e relacionando-os, para verificar a presença, ou não, de um padrão de racionalidade. O objetivo do estudo também é oferecer contribuições teóricas para esclarecer que, mesmo que a ação dos atores num primeiro momento não pareça ótima, a racionalidade pode levá-los a escolhas subótimas a fim da obtenção de um resultado mais robustos, visando a maximização de benefícios próprios.

Tais relações, determinadas pela racionalidade, tendem a comprometer a qualidade da democracia, uma vez que essa racionalidade pode conduzir os indivíduos a agirem movidos por seus interesses individuais em detrimento dos interesses coletivos democráticos.

O estudo terá como base o neoinstitucionalismo da Escolha racional. Nesta perspectiva os atores são guiados pela racionalidade; e as ações, pelos resultados. No que concerne ao neoinstitucionalismo da escolha racional, deve-se colocar que os interesses dessa corrente são fundamentados em fatores estratégicos direcionados por atores racionais através de suas escolhas, as quais levam a resultados equilibrados.

A racionalidade é uma correspondência entre fins e meios, e não se faz possível imaginar processos políticos sem tal relação. Entretanto, para que a ação seja demarcada pela racionalidade é fundamental que haja coerência entre crenças e desejos o agente.

O artigo está subdividido em cinco capítulos, que abordam as bases do individualismo metodológico e a escolha racional; a interação racional entre indivíduos e a maneira

com a qual os atores elencam suas preferências para determinar essas interações e os possíveis resultados; o confronto entre interesses coletivos ou satisfação de objetivos de grupos de interesse; o papel das instituições na manutenção ou mudança da estrutura política, social ou econômica; e a análise sobre a sistemática da cooperação na lógica da escolha racional e a formação de coalizões na democracia brasileira, especialmente a coalizão presidencial.

## 2 | ESCOLHA RACIONAL NA DEMOCRACIA

A análise da qualidade da democracia para entender os desenhos institucionais e seus mecanismos de funcionamento, sobretudo na ação dos indivíduos que permeiam as estruturas democráticas. É importante ressaltar desde o início que o conceito de democracia é extremamente amplo, permitindo uma diversidade de interpretações.

É imprescindível pontuar aqui a defesa do conceito mínimo, defendido por O'Donnell (2001), Mainwaring (2001), no qual as eleições e seus elementos eleitorais devem ser apenas condições necessárias, mas não suficientes à análise democrática.

Ampliando, assim, o entendimento da democracia às condições socioeconômicas da sociedade; o respeito às liberdades civis e políticas; as relações civis militares presentes nas bases do governo, bem como, as relações formais e informais entre os agentes institucionais e a sociedade.

No contexto da América Latina, todavia, há de se considerar a existência de longos períodos não democráticos, o que influencia o desenho institucional de uma democracia ainda em amadurecimento.

Países América Latina	Histórico de Regimes Militares
Argentina	1930-1938 / 1943-1958 / 1966-1973 / 1976-1983
Belize	1810-1961
Bolívia	1964-1982
Brasil	1937-1945 / 1964-1985
Chile	1973-1990
Colômbia	1953-1957
Costa Rica	1917-1919
Cuba	1933-1959
El Salvador	1931-1979
Equador	1972-1979
Guiana Francesa	-
Guatemala	1954-1996
Haiti	1988-1990 / 1991-1994
Honduras	1963-1974
México	1876-1910
Nicarágua	1925-1936 / 1936-1985

Panamá	1968-1989
Paraguai	1954-1989
Peru	1968-1980
República Dominicana	1930-1961
Uruguai	1973-1984
Venezuela	1908-1935 / 1948-1958

Quadro 1: Períodos não democráticos na América Latina

Fonte: Elaboração própria com base em dados fornecidos pela ANPHLAC. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/redemocratizacao-apresentacao>>.

A partir do destacado no quadro acima, verifica-se que quase todos os países da América Latina vivenciaram períodos não democráticos. Porém, o fato de não haver mais regimes militares oficialmente reconhecidos na América Latina não conduz à ideia de que há democracia estabelecida, na medida em que elementos eleitorais são as únicas condições capazes de garantir a análise democrática.

A democracia como forma de governo está intrinsecamente ligada a certas instituições políticas específicas, como os partidos políticos que devem atuar sob orientação essencialmente prática no sentido de racionalizar decisões e maximizar benefícios para a sociedade.

Em um debate contemporâneo sobre a democracia, é inevitável a análise do regime sob prismas como o significado da democracia, sua relação com outros conceitos e princípios políticos e a participação dos grupos de interesse, formados por indivíduos, sedimentados também como partidos políticos e instituições representativas.

Outro ponto preponderante para compreensão democrática é a omissão ou comprometimento às garantias constitucionais e as clivagens socioeconômicas presentes em muitas democracias tidas como consolidadas, favorecendo a parcialidade e a imprevisibilidade na aplicabilidade das leis.

Desta forma, são criadas lacunas para o surgimento de instituições informais, as quais inúmeras vezes são tão efetivas ou mais para o funcionamento do Estado que a próprias instituições formais. Com base nessas relações surge a maximização de benefícios para determinados grupos, os quais podem gerar conflitos de interesses entre os atores comprometendo a qualidade democrática.

A primeira abordagem para fundamentar o comprometimento dessa qualidade democrática é sedimentar a análise da democracia na Escolha racional (Ames, 2003), sustentada metodologicamente na perspectiva do individualismo metodológico. Esta ancoragem surge contrariando o holísmo metodológico, o qual se baseia na ontologia da totalidade, fundamentando-se na relevância dos indivíduos e de suas intenções.

Para melhor compreender o individualismo metodológico é prioritário entender que a explicação de um fenômeno social, leia-se aqui os fenômenos presentes em estruturas democráticas, concretizam-se quando a explicação dos fatos que conduziram ao fenômeno é capaz de permear no propósito que direcionou o agente

(indivíduo) para realização de sua ação.

Ou seja, o indivíduo passa a ser o cerne da análise da qualidade democrática. Sendo as democracias mais ou menos robustas a depender dos resultados da interação de propósitos dos agentes envolvidos nas estruturas institucionais.

Embasando-se no individualismo metodológico é que se faz possível iniciar a amplitude de relações possíveis entre os níveis micro (agente/ indivíduo) e macro (estrutura / instituições) por meio da Escolha racional. É fato que esta correlação entre estruturas não é tão simples quanto parece, e certamente tem sido um grande desafio aos estudiosos da democracia minimalista, mas alguns modelos estão sendo utilizados de maneira satisfatória a fim de explicar a manifestação de determinadas ações políticas em sistemas caracterizados como democracia.

### 3 | RESULTADOS SUBÓTIMOS E A COOPERAÇÃO ENTRE ATORES POLÍTICOS

Por meio do individualismo metodológico faz-se possível compreender as possíveis trajetórias que os agentes/indivíduos buscam percorrer a fim de maximizar os resultados de suas ações dentro de estruturas democráticas. Tais trajetórias partem de uma relação entre meio/ fim; determinada não como uma ordem causal ou aleatória, mas da ação instrumental do indivíduo, amparada do pressuposto da racionalidade.

É de suma relevância pontuar que a maximização de resultados e realização dos objetivos ligados aos agentes não é a única explicação para as escolhas subótimas. Faz-se necessário pontuar que as escolhas subótimas não acontecem de maneira isolada.

Para compreensão da escolha de resultados subótimos o contexto de toda rede de jogos é que justificará o comportamento do ator. Ou seja, a ação política não deve ser compreendida como um fato isolado para as escolhas subótimas. Desta maneira, a maximização de benefício é algo bem mais amplo que o resultado da ação isolada.

O enfoque dado às ações aparentemente subótimas é porque há uma rede de jogos ocultos, nos quais as ações subótimas são apenas aparências para a expectativa do resultado final. Ou seja, se o observador político centrou sua atenção apenas na ação como sendo subótima a perspectiva do observador está incompleta. “O que parece subótimo na perspectiva de um único jogo é na verdade ótimo quando é considerada toda rede de jogos”. (Tsebelis, 1998, p.22).

Numa democracia, supostamente consolidada, a responsabilidade pública está baseada na seguinte premissa: os atos dos atores públicos devem estar pautados pela prestação de contas – *accountability* (O’ Donnell, 2001). Diante disto, agentes públicos devem atuar com transparência para o cumprimento dos diversos mecanismos de *accountability*.

Neste caso, atores públicos podem abrir mão de agir em nome da legalidade e buscar benefícios junto aos atores que lidam na esfera privada, comprometendo os mecanismos de *accountability*, e, conseqüentemente a qualidade democrática. Essa ausência de transparência pode denotar em conflitos de interesses capazes de gerar troca de favores entre atores públicos e privados; interferindo negativamente na qualidade democrática. (Rose-Ackerman, 2002; Silva, 2002).

Diniz (2001) apresenta questões sobre a reforma de Estado e como ela se apresenta na atual teoria democrática, enfatizando aspectos históricos impactantes, características de regimes políticos pós-ditadura, aspectos econômicos e institucionais que foram rompidos neste período de transição, e, por fim, faz uma relação entre governabilidade democrática, *accountability* e responsabilidade pública.

Assim, mecanismos do *accountability*, os meios de controle externo, a transparência dos atos do governo e suas instituições contribuiriam para uma reforma de Estado mais democrática.

A lógica da cooperação prevista pela ação coletiva desmistifica a ideia de que as organizações agem por interesse coletivo, sendo o interesse comum incoerente e contraproducente para a ação racional. Ou seja, os indivíduos de um determinado grupo se unem com um propósito comum, mas guiados por um incentivo seletivo.

Isto é, o limite da unidade é o interesse comum, mas seus integrantes são motivados por suas aspirações pessoais. “Não é fato que só porque todos os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal eles agirão para atingir este objetivo, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas nos seus próprios interesses” (Olson, 1999, p.14).

O provimento de benefícios públicos ou coletivos é a função fundamental das organizações estatais. Para compreender este provimento a análise estrutural deve estar centrada no agente, que por meio de suas ações racionais possibilitam uma série de conseqüências relativas ao funcionamento e desenvolvimento do grupo, por meio das organizações estatais.

Essa problemática suscitou outra questão no plano de Olson (1999): as conseqüências das ações racionais e individuais no plano macro. Tais ações são capazes de gerar efeitos inesperados ou não intencionais. Na prática isto significa que os indivíduos voltados para os seus próprios interesses não calcularão se as suas ações irão ou não desencadear uma outra ação no âmbito grupal.

A grande complexidade na teoria de Olson (1999) é a transição da ordem de preferência dos indivíduos para as conseqüências geradas no desenvolvimento da ordem social, as quais serão determinadas pelas interações estratégicas entre os agentes, fomentando acordos grupais formais ou informais que contribuem como mecanismos para o funcionamento do Estado como estrutura de organização e controle social.

O maior de todos os dilemas existentes frente às interações estratégicas - que permeiam as organizações estatais- é o quanto ou em que nível esses acordos informais

afetam a qualidade das democracias, uma vez que os mesmos se concretizam à margem da legalidade.

Essas interações estratégicas revelam a cooperação entre atores políticos. Aqui, parte-se do pressuposto que a cooperação é um conjunto de ações muito mais voltado ao egoísmo do que propriamente ao altruísmo, porque independe de um acordo benéfico entre as partes, que se submetem ao risco das decisões individuais na busca pelo equilíbrio entre cooperar e competir. (Ames, 2003).

É possível observar o comportamento cooperativo quando os indivíduos interagem repetidamente, quando eles têm uma grande quantidade de informações sobre o outro, e quando o grupo é caracterizado por um pequeno número de pessoas; entretanto, o mesmo não ocorre quando as condições são diversas, com uma pouca quantidade de informações, um número maior de pessoas e mais possibilidades. (North, 1990).

As condições em que a cooperação pode ser sustentada têm produzido uma imensa literatura, tanto na teoria dos jogos e por teóricos *non game* que estão interessados na formatação do processo político.

A teoria dos jogos destaca os problemas de cooperação e explora estratégias que alteram as recompensas para os jogadores. Mas há uma grande diferença entre o mundo relativamente preciso e simples da teoria dos jogos e a maneira complexa, imprecisa e muitas vezes atrapalhada pela qual os seres humanos têm estruturado a própria interação.

Toda teorização nas ciências sociais é construída, implícita ou explicitamente, sobre concepções do comportamento humano. Algumas das abordagens se inserem na teoria econômica ou na extensão da hipótese comportamental em outras disciplinas das ciências sociais, sob a análise da interação entre grupos de interesse e atores que buscam a maximização de benefícios e redução de custos políticos.

#### 4 | GRUPOS DE INTERESSE OU INTERESSE PÚBLICO?

Para que uma democracia procedimental seja efetiva, algumas condições devem ser respeitadas: cidadania inclusiva, liberdade e igualdade de acesso à arena política, legislação transparente, liberdade de informação e organização, mecanismos formais e informais de *accountability* e participação na arena política. Essa arena política, por sua vez, é formada por estratégias de integração entre processos políticos e econômicos.

A participação do Estado no cotidiano dos indivíduos não é um procedimento automático, principalmente porque o escopo essencial do Estado deve ser a construção do desenvolvimento e geração de benefícios permanentes para os cidadãos envolvidos. Trata-se de um exame racional necessário que passa inevitavelmente pela observação quanto à força das instituições sob a visão dinâmica das relações entre Estado e indivíduos.



As instituições democráticas importam e a preocupação com a força do Estado deve ser verificada em vários flancos, como a governança, a capacidade do Estado, a qualidade institucional e a qualidade da democracia para o desenvolvimento e bom funcionamento desse Estado (Fukuyama, 2005).

Segundo a teoria democrática, os partidos são supostamente veículos pelos quais os cidadãos são representados no âmbito político público. Mas se supõe que o trato da coisa pública não deve ser partidário, no sentido de que não se deve favorecer aos simpatizantes de um ou outro partido, mas sim, a escolha democrática como elemento da democracia de qualidade.

A redução da confiança dos cidadãos nos partidos políticos é especialmente crescente na América Latina; que registra a falta de credibilidade da população. Os partidos já não se apresentam como instrumentos de *accountability* social. (Przeworski, 2002).

A realização da democracia exige que instituições políticas representem seus cidadãos, protegendo seus direitos fundamentais e garantindo o exercício de deveres em prol do bem público.

Ocorre que, antes de assumir o poder, os partidos políticos que assumem compromissos de regulação diferenciada em troca do financiamento de suas campanhas por empresas privadas, o que nem sempre é conduzido por meios idôneos ou cláusulas claras.

Não que o financiamento privado de campanhas seja nefasto ou que de alguma forma prejudique os processos políticos elementares, porque o problema não está aí. Está, sim, na falta de transparência com a qual os negócios são conduzidos, critérios não tão bem definidos da prática de *lobby* e na pouca efetividade pública da contraprestação exigida pelas empresas financiadoras em troca dos benefícios regulatórios concedidos pelo Estado.

Determinados grupos de interesses se mostram como forças sociais que emergem a partir da organização e atuação para o alcance de vantagens e benefícios de acordo com a natureza do grupo. (Castro, 2004).

São grupos organizados que atuam no âmbito da coletividade em prol de objetivos, vantagens e benefícios identificados de acordo com a natureza do grupo. A busca de associação por indivíduos com interesses em comum, com o objetivo de satisfazer interesses deve obedecer parâmetros lícitos e conceber a realização de interesses convergentes com o benefício social, que não é formado necessariamente pela soma de interesses particulares. (Farias Neto, 2011)

É possível classificar a representação institucional por partidos políticos nessa categoria na medida em que apresentam uma reunião de interesses comuns e são organizados como grupos de indivíduos que buscam a maximização de resultados.

Entretanto, é necessário verificar, para a análise da qualidade da democracia brasileira, se há nos partidos políticos a preocupação com o interesse público, haja vista as debilidades na confiabilidade da população nos partidos que hoje ocupam o

cenário político brasileiro pela falta de atenção às demandas do cidadão brasileiro.

Partidos políticos devem se sobrepor aos interesses individuais de seus membros em prol da representatividade de seus filiados e dos cidadãos em geral, entretanto, o sistema eleitoral brasileiro garante uma predominância decisória ao Legislativo e ao Executivo que coloca em cheque a real participação do cidadão comum na arena política, limitando-se à realização de seus interesses pelos atores políticos escolhidos.

O partido político está orientado, preferencialmente, para atender as preferências da coletividade, com agenda política definida para realização de ações voltadas à manutenção do poder.

Assim, o interesse público pode não ser contemplado em sua integralidade pela agenda política do partido, visto que, ao promover a participação política organizada, converte a multiplicidade da individualidade de demandas à uniformidade dos objetivos coletivos, como um todo de forma orgânica concebido pelo composto de partes. (Sartori, 1982).

A confiabilidade na representatividade é uma importante dimensão para a análise da qualidade da democracia na medida em que os partidos políticos são a corporificação de uma ideologia da coletividade.

Em casos de envolvimento com corrupção, ausência de *accountability* ou má verbação de recursos para campanhas, mina-se a credibilidade dos partidos como sistemas de representação política, ferindo irremediavelmente a qualidade da democracia.

## **5 | SOBRE O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA MANUTENÇÃO OU MUDANÇA DA ESTRUTURA POLÍTICA, SOCIAL OU ECONÔMICA**

Quando se fala sobre a força do Estado, naturalmente é temática consequente a abordagem sobre o papel das instituições na democracia, em especial, em democracias ainda em construção, como no caso brasileiro. Mas, como já visto, o próprio termo *instituições* é demasiadamente amplo para que seja possível traçar um pensamento dominante de variável crítica para o desenvolvimento, sem retratar a forte polissemia semântica do termo. Se a questão central consiste na busca pela compreensão da capacidade institucional, é necessário saber, inicialmente, quais instituições são essenciais para esse desenvolvimento.

A Administração Pública, o projeto de sistema político como aspecto da estatidade, os sistemas eleitorais, sistemas partidários, sistema de normas; todos dizem respeito à organização institucional de uma realidade democrática. Uma instituição estatal deve refletir a qualidade dessa democracia, atendendo às necessidades dos cidadãos e construindo metas para suprir demandas de diversos setores (educação, saúde, segurança pública etc.), razão pela qual a democracia participativa possui papel fundamental na boa governança.

Não se trata de estabelecer definitivamente o sentido de democracia, cuja profundidade terminológica e conceitual não se esgota, mas delimitar o uso de suas características essenciais no desenvolvimento da sociedade. (Mainwaring; Brinks; Pérez-Liñán, 2001).

O desenvolvimento da estrutura política, social ou econômica está relacionado à qualidade da democracia, justamente porque o próprio desenvolvimento e o crescimento econômico são elementos ínsitos ao conceito de democracia (Sen, 2000), desde que haja líderes e instituições confiáveis.

A democracia brasileira conta com controles institucionais e limites constitucionais bem estabelecidos, *accountability* em suas diversas formas e regras bem definidas. Entretanto, a discussão sobre a qualidade da democracia brasileira (e dos demais países da América Latina) eventualmente gira em torno da fortaleza das instituições, em especial, das instituições responsáveis pela transparência do processo político e eleitoral.

A sociedade possui hoje muito mais condições de exigir respostas e responsabilidades das instituições. Em contrapartida, se a sociedade é desagregada, formada por grupos pequenos voltados à realização de interesses pessoais ou favorecimento nos subsídios governamentais (Faoro, 2001), a tendência é que, por melhor que seja a ideia de projeto institucional, ele tenda a se desestabilizar.

#### 4.1 Instituições formais e informais

Instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente inventadas que moldam a interação humana. Em consequência, sua estrutura incentiva a mudança política, social ou econômica. Mudanças institucionais moldam o desenvolvimento da sociedade através dos tempos e, conseqüentemente, são a chave para compreender a mudança histórica.

Como instituições, compreende-se o conjunto de regras e procedimentos oficiais que estruturam a interação social pela regulação do comportamento dos atores políticos. Como instituições informais, compreende-se o conjunto de regras socialmente compartilhadas, usualmente não escritas, que são criadas, consolidadas e adotadas sem que sejam sancionadas por mecanismos formais. (Helmke; Levitski, 2006).

Não resta controvérsia quanto ao fato de que as instituições afetam o desempenho das economias, da política e da sociedade como um todo. Instituições reduzem a incerteza fornecendo uma estrutura para a vida cotidiana, como um guia para a interação humana, incentivando a mudança política, social ou econômica. (North, 1990).

Todavia, as instituições formais convivem com acordos informais, que podem originar estrutura complexas e comprometedoras às próprias estruturas democráticas, denominadas de instituições informais.

A compreensão da natureza e existência das Instituições Informais, originadas

das interações estratégicas é fundamental para entender as regras do jogo e conseqüentemente da qualidade da democracia.

Estudiosos como Douglas North (1990) e Guillermo O'Donnell (2011) têm argumentado que as instituições informais são regras e procedimentos criados, comunicados, consolidados e implementados sem sanção oficial (procedimentos criados e sancionados fora do aparelho de Estado); considerando-as tão importantes quanto as instituições formais.

A análise da qualidade democrática, por meio da ação racional, também deve entender os desenhos institucionais e o funcionamento dessas instituições. As instituições informais surgem quase sempre gradualmente por um distanciamento ou não alinhamento entre as leis sociais e as normas legais do Estado, e, muitas vezes a ausência de legalidade dessas instituições pode coexistir com a legitimidade de sua existência.

As instituições informais podem complementar as instituições formais, quando essas últimas são frágeis ou substituí-las quando são inefetivas. (Helmke; Levitsky, 2006). A sanção para o funcionamento das mesmas se concretiza através dos atores sociais, e é garantida justamente pela fragilidade ou inexistência do Estado.

Desta forma, o surgimento e a manutenção das instituições informais, que podem comprometer os arranjos institucionais democráticos, nascem de interações estratégicas demarcadas inúmeras vezes por instituições formais incompletas, as quais são marcadas por parâmetros de comportamento que não são suficientes para guiar todas as circunstâncias.

Numa segunda perspectiva podem emergir pela incapacidade das instituições formais e/ou pela ausência de credibilidade, ou seja, ausência de capital social (Putnam, 2005), revelando-se como uma alternativa para os atores que não conseguem obter os resultados por meio das instituições formais. As instituições informais podem surgir, finalmente, pela busca de resultados inaceitáveis por vias legais, assim sendo, atores institucionalizam informalmente ações e posturas que não podem ser formalizadas legalmente.

Essas estruturas comprometem não só a qualidade democrática, mas as estruturas estatais que deveriam ser alicerçadas pela confiança dos indivíduos e a garantia do Estado Democrático como executor da organização estatal.

As regras formais são mais que elementos reguladores do comportamento. Devem ser prescritivas e não meramente descritivas, e devem prever sanções em caso de descumprimento. Regras devem conter normatividade e facticidade, conforme enunciado em Helmke e Levitsky (2006).

Quando não há sanção, é possível considerar que a instituição cuja regra foi violada é fraca, perdendo, portanto, as características de uma regra - que deve ser forte por natureza na medida em que deve conseguir prever e punir desvios de comportamento. (Brinks, 2006).

## 4.2 A função das instituições na análise da qualidade da democracia

Para julgar o nível de uma democracia não se deve questionar apenas se o Estado proporciona bem estar aos seus cidadãos, se se comporta de acordo com suas próprias leis ou se o povo controla os níveis de exercício do poder.

Um regime será democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos abrangia a consulta ampla, igualitaria, protegida das arbitrariedades e que tenha regras e deveres mutuamente vinculantes. O Estado deve poder colocar em prática as decisões adotadas e sancionar de alguma forma quem descumprir essas decisões. (Tilly, 2007).

O dilema da qualidade da democracia se concentra em poder realizar essa integração entre formas de participação política, relações sociais de maneira a alcançar avanços. Muitos regimes totalitários / autoritários tem contado com redes de confiança que lhes permitiram subsistir e resistir bem mais que suas reais possibilidades previam.

Por outro lado, existem procedimentos que favorecem a igualdade, como as votações secretas, o pagamento de salários a funcionários públicos para que não dependam de favorecimentos de qualquer sorte e para que possam agir de maneira imparcial. A busca pela igualdade efetiva implica, portanto, na reunião de um compromisso ideológico e de ação por parte dos cidadãos. (Tilly, 2007).

## 6 | ESCOLHA RACIONAL E PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

A América Latina possui um funcionamento interno das estruturas de poder no Executivo peculiar em relação aos demais sistemas políticos. Isso porque no presidencialismo, especialmente no caso brasileiro que envolve coalizões, as ações do presidente eleito e sua consequente autonomia na decisão sobre a composição do governo se relacionam com a racionalidade dos atores políticos envolvidos, de forma direta.

Se um partido político possui o monopólio sobre a máquina governamental, é de se esperar que ele possa reunir os benefícios da regulação para si. Se um partido se torna extorsivo, é possível que eleja outro partido que providencie serviços governamentais com preços mais adequados às suas possibilidades. (Stigler, 1971).

Para Mancur Olson (1999) nenhum indivíduo atua movido pelo senso coletivo. Os incentivos seletivos que conduzem os atores às suas ações serão prioritariamente individuais, tendo como resultado seu reflexo nas organizações coletivas. Desta maneira, as organizações democráticas passam a ser conduzidas pelos interesses individuais de seus agentes, o que define os passos da interação estratégica.

A prevalência do sistema de coalizão (Riker, 1962; Abranches, 1988; Limongi, 2007), que adota barganhas no Poder Legislativo com apoio de alianças políticas, possui relação com modelos burocráticos não weberianos na medida em que algumas

agências, em razão dessas alianças, deixam de exercer o controle ideal para o funcionamento da Administração Pública.

O processo de formação de coalizões descende das decisões conscientes de grupos com interesses comuns cuja adesão ocorre justamente pela identidade de propósitos, em que parte do grupo terá autoridade para convencer os demais sobre quais seriam as melhores e mais adequadas decisões; enquanto a outra parte anui a essa autoridade não por subserviência ou apatia, mas por enxergar nela algum tipo de benefício.

No presidencialismo brasileiro, a dinâmica da formação de coalizões é singular; não pela formação da coalizão em si, mas pela sistemática de trocas e incentivos envolvidos. As coalizões, que em teoria deveriam obedecer aos princípios dos partidos, acabam por atender aos objetivos de grupos de interesses (que podem ser membros do próprio partido, empresas, financiadores de campanha, burocratas etc.).

A Constituição Federativa do Brasil de 1988 conferiu reforço ao poder institucional do Chefe do Executivo e, portanto, um monopólio sobre a iniciativa legislativa (Limongi, 2007). Para que projetos legislativos sejam aprovados, há de se conceber a necessidade da formação de coalizões para promover o equilíbrio de apoio político entre o parlamento, os ministérios e a presidência.

Para influenciar as escolhas políticas, os atores possuem duas alternativas: fazer parte da coalizão presidencial ou fazer parte da oposição, aguardando que sua coalizão contrária tome assento em uma futura gestão presidencial. A título de ilustração, segue quadro com a descrição das coligações realizadas para disputar as eleições presidenciais em períodos distintos da democracia brasileira:

Período	Candidato eleito	Partido	Coligação
1989	Fernando Collor de Melo	Partido da Reconstrução Nacional – PRN	PRN / PSC / PTR / PST
1994	Fernando Henrique Cardoso	Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB	PSDB / PFL / PTB
1998	Fernando Henrique Cardoso	Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB	PSDB / PFL / PPB / PTB / PSD
2002	Luiz Inácio Lula da Silva	Partido dos Trabalhadores – PT	PT / PL / PMN / PCB / PCdoB
2006	Luiz Inácio Lula da Silva	Partido dos Trabalhadores – PT	PT / PMDB / PRB / PCdoB / PSB / PP / PR / PTB / PV / PDT / PSC / PAN
2010	Dilma Rousseff	Partido dos Trabalhadores – PT	PRB / PDT / PT / PMDB / PTN / PSC / PR / PTC / PSB / PCdoB
2014	Dilma Rousseff	Partido dos Trabalhadores – PT	PT / PRB / PMDB / PSD / PP / PR / PROS / PDT / PCdoB

Quadro 2: Coligações eleitorais presidenciais do Brasil pós-democratização:

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados do Tribunal Superior Eleitoral (2016)

A partir dos dados evidenciados pelo quadro 1, verifica-se a existência de um número crescente de coligações ao longo das gestões presidenciais, o que evidencia não apenas uma aliança construída entre partidos para disputar eleições, mas sim, o início de uma articulação política complexa, em que atores formam grupos para sustentar a presidência em uma rede de correspondência a incentivos.

Segundo o quadro acima, aparentemente, os grupos formados até o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva possuíam interesses comuns, enquanto a mesma identidade não se identifica no segundo mandato, cujas ideologias partidárias parecem apresentar interesses múltiplos.

Mas há um risco fundamental nessa análise: quanto mais membros fazem parte de uma coalizão, maiores e mais numerosos serão os compromissos para a retribuição do apoio fornecido durante o processo eleitoral – ou em outras palavras: maior será a divisão do poder entre os aliados. Mas há partidos que possuem dificuldades em dividir o poder, o que demanda nova organização da coalizão ou a quebra do apoio dos demais partidos que se sentem preteridos.

Os custos crescem exponencialmente quando os membros da coalizão mudam seus interesses (visto que não há qualquer garantia na arena política que os interesses permanecerão os mesmos desde o processo eleitoral até a continuidade da coalizão).

Considera-se aqui, seis variáveis principais (entre muitas outras) a serem avaliadas para se formar uma coalizão: tamanho da coalizão, peso político de cada partido componente da coalizão, capacidade do presidente eleito em partilhar o poder, dimensão da heterogeneidade na ideologia partidária (agendas conflitantes), risco de mudança dos interesses e conseqüente mudança dos incentivos requeridos.

A formação de coalizões, ao passo que fortalece as chances de elegibilidade dos candidatos pela fortaleza do apoio político, também eleva os custos de governar. Se por um lado as iniciativas legislativas passam pelo crivo do Poder Executivo, por outro, o Congresso Nacional também pode barrar importantes iniciativas, tornando o equilíbrio institucional constitucionalmente previsto um cabo de guerra. Portanto, a escolha da coalizão não depende apenas da força política dos partidos, mas sim, da capacidade de gerir e administrar interesses dos aliados.

Entretanto, quando há dificuldades em ceder parte do poder a outros partidos, ou relutância contumaz na aprovação de iniciativas legislativas apenas por questões partidárias, outras moedas de troca pouco ortodoxas são aplicadas, como nos infelizes exemplos de deturpação fiscal, política e administrativa descendentes de escândalos de corrupção que a democracia brasileira tem experimentado recentemente.

Para que a democracia brasileira não se resuma a um jogo de trocas e incentivos, é necessário ressaltar a importância quanto à existência de instituições formais amadurecidas, como relatado anteriormente no presente estudo. Instituições como o Ministério Público, a Polícia Federal, os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios e a Controladoria Geral da União exercem papel de fundamental

importância para a coibição de exageros na resposta aos grupos de interesse e realização de *accountability*. Tais instituições evidenciam sua relevância vital para a qualidade da democracia.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível verificar que a relação entre individualismo metodológico e a ação coletiva movida pela escolha racional pode afetar a qualidade da democracia no Brasil em alta medida, o que se constata pelo fenômeno do presidencialismo de coalizão presente na esfera política e partidária da democracia brasileira.

A formação de coalizão é uma característica tão forte na democracia brasileira quanto outros elementos, tais como a realização de eleições, o auxílio eleitoral por meio do financiamento de campanhas e a construção de articulações políticas em multinível. Um gabinete multipartidário envolve a interação estratégica entre atores com preferências, poder de barganha e posição institucional diferentes, razão pela qual o ato de lidar com coalizões requer capacidade de articulação política.

Conclui-se que os indivíduos voltados para os seus próprios interesses tendem a não calcular se suas ações irão ou não desencadear uma outra ação na esfera coletiva, o que tende a resultar em falta de análise estratégica entre os agentes e, no âmbito estatal, na falta de desenvolvimento da ordem social. A democracia brasileira convive com tais riscos e depende de instituições formais fortalecidas para coibi-los.

Nesse contexto, faz-se necessária a sistemática análise sobre a importância de instituições consolidadas para a qualidade da democracia, visto ser a confiabilidade a mola propulsora para a participação política, inclusão nos processos eleitorais, definição de escolhas políticas e absorção de demandas no contexto do Estado de Direito. Instituições estas que concebem e moldam essa interação humana, podendo ser essas restrições formais (regras que os seres humanos concebem) ou informais (convenções e códigos de comportamento).

A relevância das instituições reflete que a existência de regras e seu nível de efetividade são determinantes na compreensão da qualidade da democracia, na medida em que normas são parte integrante do projeto democrático e dos processos políticos dele decorrentes.

Entretanto, a participação no cenário político democrático exige, antes de tudo, envolvimento sobre os caminhos e estratégias que permeiam a escolha racional, justamente para que preferências individuais não reduzam a importância da análise estratégica entre os agentes e, no âmbito estatal, reduzam as possibilidades de desenvolvimento da ordem social.

Diferentes aspectos da qualidade da democracia também devem ser analisados sob dimensões mais complexas, como a escolha racional, a integração dos processos



políticos e econômicos e a dimensão dos benefícios para a sociedade, a função das instituições formais e informais na análise da qualidade da democracia; ou seja, trata-se de uma observação multidimensional do conceito polissêmico de qualidade da democracia.

O principal papel das instituições em uma sociedade é reduzir a incerteza pelo estabelecimento de uma estrutura humana estável. Mas a estabilidade das instituições em nada contradiz o fato de que elas estão mudando e que são geridas por atores políticos que realizam ações com base na escolha racional.

A racionalidade, como condição essencial para muitas formas de comportamento político, depende da estabilidade da arena política que o governo propicia, em especial, no contexto do presidencialismo de coalizão em que benefícios e custos de governança são calculados. A atuação de eleitores e políticos deve seguir, assim, uma trajetória de benefícios calculados, no sentido de majorar vantagens e reduzir desvantagens para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio H. de. (1988). Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: **Dados**, vol. 31, n. 1, pp. 5-38.

AMES, Barry. (2003). **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV.

BRINKS, Daniel M. (2006). The Rule of (Non) Law: prosecuting police killings in Brazil and Argentina. In: **Informal institutions and democracy: lessons from Latin America**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2006.

CARVALHO, Bruno Sciberras de. (2007). **Instituições e razão coletiva**: as normas da escolha racional como sociologia política. Disponível em: < [www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman) >. Acesso em: 25 mar. 2017.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de; FALCÃO, Leonor Peçanha. (2004). **Ciência Política: Uma Introdução**. São Paulo: Atlas.

FARIAS NETO, Pedro Sabino de. (2011). **Ciência política: enfoque integral avançado**. São Paulo: Atlas.

FAORO, Raymundo. (2001). **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo.

FUKUYAMA, Francis. (2005). **Construção de Estados**: governo e organização do século XXI. Tradução: Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco.

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven. (2006). **Informal institutions and democracy: lessons from Latin America**. Baltimore: John Hopkins University Press.

LIMONGI, Fernando. (2007). Democracy in Brazil Presidentialism, party coalitions and the decision making process. In: **Novos Estudos**, São Paulo, n.76, p. 17-41.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. (2001). Classificando Regimes

Políticos na América Latina, 1945-1999. In: **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.44, n. 4, pp.645 a 687.

NORTH, Douglass C. (1990). **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press.

O'DONNELL, Guillermo. (2011). Acerca de varias accountabilities y sus interrelaciones. In: **Controlando la política: ciudadanos y médios em las nuevas democracias latinoamericanas**. PERUZZOTTI, E, SMULOVITZ, C (org). Buenos Ayres, Temas Grupo Editorial.

OLSON, Mancur. (1999). **A lógica da ação coletiva**. Tradução: Fabio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

PRZEWORSKI, Adam. (2001). Accountability social en América Latina y más allá. In: **Controlando la política: ciudadanos y médios em las nuevas democracias latino-americanas**. Buenos Aires: Temas.

PUTNAM, Robert D. (2005). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Trad: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro. Ed: Fundação Getúlio Vargas.

RIKER, William H. (1962). **The theory of political coalitions**. New Heaven and London: Yale University Press.

ROSE-ACKERMAN, Susan. (2002). **Corrupção e governo**. Lisboa: Prefácio.

SARTORI, Giovanni. (1982). **A política**. Brasília: Universidade de Brasília.

SILVA, Marcos F. G da. (2002). **A economia política da corrupção no Brasil**. São Paulo: Senac.

SEN, Amartya. (2000). **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

STIGLER, George. (1971). **The theory of economic regulation**. Chicago: University of Chicago.

TILLY, Charles. (2007). **Democracy**. New York: Cambridge Press.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. (2016). **Cronologia das eleições no Brasil**. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/institucional/analisar-melhor-descarte/eleitos-1945-1990/cronologia-das-eleicoes>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

TSEBELIS, George. (1998). **Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo. Universidade de São Paulo.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-052-0

